

Incubação de empreendimentos solidários e tecnologia social; como avaliar?

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (Diretor da FASE e Coordenador dos Projetos de Acompanhamentos do PRONINC e da RTS).

O impulso dado para o trabalho associado e o cooperativismo na perspectiva da autogestão ganha um suporte decisivo com a atuação das Incubadoras Tecnológicas Universitárias de Cooperativas Populares (ITCPs), enquanto um ambiente de experimentação, apoio e transferência tecnológica com enfoque na sócio-sustentabilidade de empreendimentos coletivos. A mudança de enfoque na trajetória da produção tecnológica e nos padrões institucionais e organizativos do trabalho, dentro da prioridade de luta contra as desigualdades, se liga ao esforço programático do campo de iniciativas políticas e movimentos, no Estado e na Sociedade orientados pela chamada economia solidária do trabalho ou pelo modo de produção associado.

A aposta na transformação das relações de produção, a partir da expansão do cooperativismo e da autogestão implica no desenvolvimento sócio-produtivo de empresas e comunidades populares apoiadas em trajetórias inovadoras na produção científica e tecnológica, com destaque para a interface entre meios e modos de organização do trabalho com base na cooperação produtiva, na retomada da ênfase em processos alternativos de sociabilidade autônoma nos ambientes de trabalho, nas empresas e nos territórios. A economia solidária se articula como projeto e política que acentua as potencialidades desse processo que busca na forma das cooperativas a conexão direta com as exigências das classes populares, desde o plano imediato do acesso aos meios de produção, à renda e ao mercado, até plano mais amplo de cadeias produtivas e de redes de desenvolvimento local.

A Rede de Tecnologia Social nasce como uma coalizão de atores unidos pela orientação estratégica de construção de ferramentas, conhecimentos, organizações e dinâmicas institucionais voltadas para a superação de desigualdades. Os modos de produção do conhecimento e as prioridades são transformados por força dos contextos, dos problemas e dos atores implicados nas prioridades estratégicas estabelecidas. A reflexão sobre as tecnologias sociais, também se inscreve nessa correlação e interface entre conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e aplicação direta aos processos de trabalho intensificadores e valorizadores de novas tecnologias de organização social da produção (TOSP), ou seja, de tecnologias de organização do trabalho associado/cooperativo (TOTA/C). As ITCPs fazem parte dessa virada e inversão de trajetória enquanto dispositivo de alavancagem de novas institucionalidades e agenciamentos com base numa abordagem sócio-técnica em duas direções, na elaboração de conhecimentos e nas formas de gestão, na sua correlação com o conteúdo material e o padrão cultural, apoiando as estratégias de construção de um novo padrão institucional e legal adequado ao processo de organização de empreendimentos cooperativos ao lado das classes trabalhadoras em condições de precariedade e informalidade crescentes.

Tendo em vista as reflexões acima, podemos considerar 4 recortes de avaliação da implementação da metodologia de incubação no apoio e na geração de empreendimentos populares solidários. Podemos estabelecer grandes linhas de construção dos sistemas de avaliação que dependerão da consistência, de um lado da incubadora e de outro do grupo apoiado. As avaliações gerais que desconhecem as conjunturas, demandas e circunstâncias específicas, que num determinado espaço-tempo e dentro de condições de sustentação e contratação definem relações face aos grupos específicos e seu estágio de organização, face a redes sociais e face aos agentes governamentais. No meio dessa multiplicidade e diversidade de condicionamentos e limitações os indicadores funcionam como conjunto de variáveis quantitativas e qualitativas de acompanhamento da ação, enquanto elementos de um planejamento da Incubadora e e projeto do grupo, associação e/ou cooperativa. Na tradição cooperativista muitas vezes se coloca a ênfase na estrutura de propriedade e nos mecanismos de distribuição de benefícios.

Por isso, o primeiro recorte de avaliação que combina indicadores de sustentabilidade organizacional e técnica, de aprendizagem e de acesso a novas possibilidades a partir da atividade econômica, medido pela sua correlação com o ambiente de aprendizagem e progressão de saberes. O que leva em conta a medida da sustentabilidade econômica do projeto, o grau de participação e adesão, medido pelo grau de acesso a políticas públicas e a mercados, medido pela progressão da renda e pelo seu impacto e reconhecimento na comunidade. Nesse primeiro recorte as avaliações de desempenho material são tratadas a partir da singularidade e da materialidade da trajetória do empreendimento, articulando a progressão da capacitação com a formalização e consistência micro-econômica e de acesso social e institucional adquirida pelo grupo.

O segundo recorte se relaciona com os indicadores de autogestão: os institucionais ou normativos (ponto de partida, opções e independência/distribuição de papéis /escolha dos processos e produtos/gestão coletiva/regime de propriedade/estatuto/acesso institucional/sistemas de apoios e alianças/projeto/identidade) e os comportamentais ou coletivos (grau de cooperação, desempenho, engajamento, mobilização, consciência, autonomia, liberdade, flexibilidade e participação) . Esse conjunto pode ser englobado pela prioridade dada ao chamado fator C (como comunidade e cooperação), de Luis Razeto Migliaro, sempre ampliável em termos de medida qualitativa de progressão de afirmação política, sem perder a medida dos resultados econômicos. No enfoque autogestionário a ênfase é carregada nas estruturas de poder e nos mecanismos de gestão controle, na dimensão de autonomia em todos os planos que permitam romper com a divisão hierárquica e com a separação entre economia e política.

No terceiro recorte temos uma preocupação com o conteúdo tecnológico, ou adequação sócio-técnica, na medida em que o saber/fazer, as dimensões de conhecimento, os meios e instrumentos de produção, os aspectos organizativos, a divisão de trabalho, o sistema de informação, as competências requeridas, a tomada de decisão e os sistemas materiais e aspectos intangíveis, se inscrevem como um aspecto chave das atividades produtivas ou do processo de trabalho. O condicionamento e a inscrição das modalidades institucionais e das relações de trabalho, o sistema jurídico e a gestão da atividade interagem com os condicionamentos e a relações com os agenciamentos e dispositivos do meio-ciêntífico e informacional. Romper com as desigualdades significa acelerar as modalidades de uso e apropriação de meios de produção, de desenvolvimento de adaptação, revitalização e transformação de tecnologias (máquinas, equipamentos e conhecimentos). Trata-se de medir o avanço na adequação sócio-técnica na direção implicada com a progressão na superação de problemas e desafios por parte dos implicados na dimensão sócio-técnica do empreendimento.

O quarto recorte parte da medida combinada das várias dimensões anteriores na sua implicação com o marco jurídico da ampliação de condições legais favoráveis, o marco institucional na criação de facilidades de acesso a fundos, mercados e suporte político na esfera governamental e o plano de políticas públicas e dispositivos de investimento, agenciamento e fomento. Pela sua diversidade de recortes que correspondem a complexidade e a potencialidade da sua aplicação face aos gigantesco problema da desigualdade brasileira, e as suas implicações em matéria de trabalho e renda, a metodologia de Incubação de Cooperativas Populares é tanto uma tecnologia de organização do trabalho e dos empreendimentos solidários quanto um fator de mobilização e transformação democrática e produtiva. Aqui a medida da avaliação estará inscrita na combinação dos três recortes anteriores com os pactos, acordos e compromissos firmados enquanto objetivos das políticas.

A avaliação de impacto na geração de trabalho e renda e no acesso a cidadania por parte das classes populares via trabalho associado em cooperativas passa, portanto, pelas medidas de efetivação dos objetivos cooperativistas, pelo grau de avanço nos aspectos autogestionários, pelo

grau de apropriação, transformação e inovação de conhecimentos, processos e produtos e pelo seu impacto na transformação de trajetórias de mobilização produtiva e acesso em matéria de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Mas todos esses processos se articulam no plano da política local e regional e das cadeias produtivas uma vez que se articulem em rede social horizontal e em amplitude de comprometimento dos agentes sociais e em particular de fundos públicos e de políticas públicas ativas. A identidade de produto, de organização e de ator se materializa enquanto legitimidade, consciência e reconhecimento do protagonismo dos empreendimentos em superar os bloqueios ao desenvolvimento humano sustentável de todos e de cada um, no empreendimento, na comunidade e na cidade. Nossa reflexão se aplica, assim, ao desafio de colocar os empreendimentos solidários como um complexo de tecnologias sociais e práticas produtivas que podem alterar o quadro de desigualdades e segregações pela construção de uma cidadania produtiva.